



## MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

## ATA DE REUNIÃO

**COMITÊ GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS - CG-FNRB**

Ata da 7ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios - CG-FNRB,

realizada no dia 05 de outubro de 2022

**Aos 5 dias do mês de outubro do ano de 2022**, às 14:00 horas, no Ministério do Meio Ambiente, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", realizou-se a 7ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios, sob a presidência da Sra. Aryane Martins Fraga – representante do Ministério do Meio Ambiente e com o comparecimento dos seguintes **membros**: **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)** – Sibelle de Andrade Silva (1º Suplente) e Luiz Pacheco (2º Suplente); **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)** – Luiz Henrique Mourão do Canto Pereira (Titular) e Alfredo da Costa Pereira Junior (2º Titular); **Ministério da Cidadania (MC)** – Andreza Winckler Colatto (Titular); **Ministério da Economia (ME)** – Miguel Campo Dall'Orto Emery de Carvalho (Titular); **Ministério do Meio Ambiente (MMA)** – Aryane Martins Fraga (1º Suplente) e Ernani Kioshi Uemura (2º Suplente); **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)** - Roger Alves Vieira (2º Suplente); **Fundação Nacional do Índio (FUNAI)** – Maira Smith (1º Suplente) e Simone Vieira de Campos (2º Suplente); **Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)** – Adriana de Souza de Lima (2º Titular); Maria Ednalva Ribeiro da Silva (1º Suplente) e Lidiane Taverny Sales (4º Suplente); **Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)** – Mercedes Maria da Cunha Bustamante (Titular) e Juliano Gomes Pádua (1º Suplente). **Ouvintes**: Taíza de Almeida Batista (DPG/MMA), Fernando Araujo dos Santos (DPG/MMA), Thiago de Sousa Cotrim (DPG/MMA), José Renato Barcellos Ferreira (DPG/MMA), Thiago Augusto Zeidan Vilela de Araújo (DPG/MMA), Ana Luiza Arraes de Alencar Assis (DPG/MMA), Liu Pessoa, Yasmin Tavares (GSS), Mariana Barreto Granato (GSS), Tais Fontes da Silva, Silvia Kazue Missawa, Lilian Massini (Ambiente Global), Gabriela Martiny, Rafael Pereira Torino (DFMA/MMA), Juliana Zamboni (Marinello ADV.), Luiz Marinello, Victor Marinho, Cleyd Andrade (Marinello ADV), Eloa Berg, Francine Leal Franco (GSS), Gustavo Pagano, Tasso Cipriano, Mario Augusto de Campos Cardoso (CNI), Cecília Carvalho, Washington Fiorese, Renata Cordeiro (Assessoria MIQCB), Lívia Lupinacci, Daniela Ferreira da Mota (Felsberg Advogados), Giovani Tomasoni, Ana Viana, Fernanda Marques (GI Group), Fernanda Izídio (GSS). A Presidente do Comitê, após verificação de quórum de instalação de reunião e constatando o seu atingimento, iniciou os trabalhos. **Leitura e Aprovação da Pauta da 7ª Reunião Ordinária**: Após leitura, a Presidente passou a aprovação da Pauta. Votaram favoravelmente à aprovação da Pauta da 7ª Reunião Ordinária: Sibelle de Andrade Silva (MAPA); Luiz Henrique Mourão do Canto Pereira (MCTI); Miguel Campo Dall'Orto Emery de Carvalho (ME); Roger Alves Vieira (IPHAN); Maira Smith (FUNAI); Adriana de Souza de Lima (CNPCT); Maria Ednalva Ribeiro da Silva (CNPCT); Mercedes Maria da Cunha Bustamante (SBPC) e Aryane Martins Fraga (MMA). A Pauta foi aprovada com 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Aprovação da ATA da 6ª Reunião Ordinária**: Votaram favoravelmente à aprovação da ATA da 6ª Reunião Ordinária: Sibelle de Andrade Silva (MAPA); Luiz Henrique Mourão do Canto Pereira (MCTI); Miguel Campo Dall'Orto Emery de Carvalho (ME); Roger Alves Vieira (IPHAN); Maira Smith (FUNAI); Adriana de Souza de Lima (CNPCT); Maria Ednalva Ribeiro da Silva (CNPCT); e Aryane Martins Fraga (MMA). Abstenções: Mercedes Maria da Cunha Bustamante (SBPC). A ATA foi aprovada com 8 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e uma abstenção. Em continuidade a pauta, passou-se para **Análise e deliberação sobre proposta de Calendário de Reuniões para 2023**: A Sra. Mercedes Bustamante (SBPC) propôs que fossem realizadas 4 (quatro) reuniões

anuais, sendo duas reuniões a cada semestre. O Sr. Luiz Henrique Mourão (MCTI) propôs que fossem realizadas 6 (seis) reuniões anuais, sendo uma a cada bimestre. A Sra. Aryane Fraga pontuou sobre as dificuldades que serão enfrentadas pela Secretaria Executiva caso houvesse reuniões bimestrais, tendo em vista as reuniões do CGen, e propôs que fossem realizadas 4 (quatro) reuniões ao longo do ano. A Sra. Mercedes Bustamante concordou com a Sra. Aryane e manteve sua proposta inicial. Não havendo outras propostas, passou-se as votações. Votaram favoravelmente à proposta de realização de 6 (seis) reuniões anuais: Luiz Henrique Mourão do Canto Pereira (MCTI). Votaram contrário a realização de 6 (seis) reuniões anuais: Sibelle de Andrade Silva (MAPA); Miguel Campo Dall'Orto Emery de Carvalho (ME); Roger Alves Vieira (IPHAN); Maira Smith (FUNAI); Adriana de Souza de Lima (CNPCT); Maria Ednalva Ribeiro da Silva (CNPCT); Mercedes Maria da Cunha Bustamante (SBPC) e Aryane Martins Fraga (MMA). A proposta de realização de 6 (seis) reuniões anuais foi rejeitada com 1 (um) voto favorável, 8 (oito) votos contrários e nenhuma abstenção. Passou-se para a votação da proposta apresentada pela SBPC de realização de 4 (quatro) reuniões anuais. Votaram pela realização de 4 (quatro) reuniões anuais: Sibelle de Andrade Silva (MAPA); Miguel Campo Dall'Orto Emery de Carvalho (ME); Roger Alves Vieira (IPHAN); Simone Vieira de Campos (FUNAI); Adriana de Souza de Lima (CNPCT); Maria Ednalva Ribeiro da Silva (CNPCT); Mercedes Maria da Cunha Bustamante (SBPC) e Aryane Martins Fraga (MMA). A proposta de realização de 4 (quatro) reuniões anuais foi aprovada com 8 (oito) votos favoráveis, 1 voto contrário e nenhuma abstenção. Passou-se então para a votação da proposta de calendário para 2023. Votaram favoravelmente à aprovação do Calendário de Reuniões para 2023: Sibelle de Andrade Silva (MAPA); Luiz Henrique Mourão do Canto Pereira (MCTI); Miguel Campo Dall'Orto Emery de Carvalho (ME); Roger Alves Vieira (IPHAN); Simone Vieira de Campos (FUNAI); Adriana de Souza de Lima (CNPCT); Maria Ednalva Ribeiro da Silva (CNPCT); Mercedes Maria da Cunha Bustamante (SBPC) e Aryane Martins Fraga (MMA). O Calendário de reuniões para o ano de 2023, que encontra-se anexo à presente ATA, foi aprovado com 9 (nove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Antes de iniciar os debates do próximo item de pauta, a presidente do CG-FNRB realizou breve apresentação de pedidos de informações requeridos pelo Ministério Público Federal e pelo Senado Federal sobre a representação do CG-FNRB. Apresentou ainda dados sobre os ofícios direcionados ao CNPI, CONDRAF e CONSEA solicitando que fossem apresentadas as indicações de membros para participarem do CG-FNRB. Destacou ainda que a Secretaria Executiva do CG-FNRB tem envidado esforços para que haja a ampla representatividade prevista para o Comitê Gestor do FNRB. Considerando a ausência de apresentação de indicações de membros do CNPI, CONDRAF e CONSEA para composição do CG-FNRB, a Presidente propôs que, caso não sejam apresentados os nomes dos representantes de tais órgãos até o fim da primeira quinzena do mês de novembro de 2022, que fosse realizada uma Reunião Extraordinária do CG-FNRB para aprovação do Manual de Operações do FNRB. **Relatório do Pedido de Vistas do item “Análise e deliberação sobre proposta de Manual de Operações do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios – FNRB”. Autor do Pedido de Vistas: Fundação Nacional do Índio – Funai.** A Sra. Maira Smith apresentou seu relatório do pedido de vistas sobre a proposta de Manual de Operações do FNRB bem como sua proposta de encaminhamento para que seja suspensa a deliberação sobre o Manual Operacional do Fundo até que o plenário do CG-FNRB esteja com sua composição completa, com todos os representantes dos segmentos de detentores de direitos de CTA formalmente nomeados. Abriu-se então o espaço para as contribuições dos demais representantes. A Sra. Mercedes Bustamante (SBPC) ponderou que a não aprovação do Manual de Operações do FNRB deixa-o inoperante mas que a ausência de indicação dos representantes do CG-FNRB prejudica tanto os indígenas, que não estão representados no Comitê Gestor do Fundo, quanto os demais detentores de CTA. O Sr. Roger Alves Vieira (IPHAN) questionou se haveria a possibilidade de aprovar uma versão preliminar do Manual de Operações e revisá-la dentro de um período de 4 (quatro) meses. A Sra. Aryane Martins Fraga (MMA) informou que o Manual pode ser revisitado a qualquer tempo, inexistindo no Regimento Interno do CG-FNRB qualquer tipo de impedimento para revisões ao Manual. A Sra. Maria Ednalva Ribeiro da Silva (CNPCT) destacou que é preocupante o fato de não haver representação indígena nomeada como membro do CG-FNRB, entretanto, destacou que a CNPCT engloba outros 28 segmentos que encontram-se impossibilitados de utilizar o FNRB. A Sra. Sibelle de Andrade Silva (MAPA) questionou sobre a existência de orientação jurídica específica para os casos onde os conselhos estão impedidos de atuar, como era o caso do

CONDRAF. A Sra. Aryane Martins Fraga (MMA) lembrou que o Decreto no. 9759/2019, não alcança aqueles Conselhos criados por lei, desse modo, informou à representante do MAPA que os conselhos que fazem parte da estrutura regimental do órgão podem estar inoperante, mas que não deixaram de existir. A Sra. Adriana Sousa de Lima (CNPCT) reforçou os apontamentos apresentados pela Sra. Ednalva demonstrando a preocupação sobre a ausência de representação dos CTA e indicou estar de acordo com os termos apresentados pela representante da FUNAI em seu relatório. A Sra. Maira Smith (FUNAI) reforçou sobre a importância da participação dos seguimentos que representam os detentores de CTA na elaboração do Manual Operacional do Fundo para que ele alcance seu objetivo principal. Destacou também sobre a necessidade de sensibilização dos órgãos responsáveis pelas indicações para que sejam feitas de forma célere e por fim, questionou se seria possível discutir e aprovar uma versão preliminar do Manual de Operações indicando que a mesma seria revista dentro de um prazo de 4 (quatro) meses conforme proposto pelo representante do IPHAN. A Sra. Aryane Fraga destacou a preocupação que o fundo fique parado. A Presidência informou então que abriria a votação para deliberação da proposta apresentada pela representante da FUNAI para suspensão de deliberação sobre o Manual de Operações do FNRB até que o CG-FNRB conte com a indicação de todos os representantes do CNPI, CONDRAF e CONSEA. Votaram favoravelmente à proposta de suspensão de deliberação do Manual de Operações do FNRB: Simone Vieira de Campos (FUNAI); Adriana de Souza de Lima (CNPCT); Maria Ednalva Ribeiro da Silva (CNPCT); e Mercedes Maria da Cunha Bustamante (SBPC). Votaram contrários à proposta de suspensão de deliberação do Manual de Operações do FNRB: Sibelle de Andrade Silva (MAPA); Alfredo Pereira da Costa Junior (MCTI); Miguel Campo Dall'Orto Emery de Carvalho (ME); Roger Alves Vieira (IPHAN); e Aryane Martins Fraga (MMA). A proposta foi rejeitada com 4 (quatro) votos favoráveis, 5 (cinco) contrários e nenhuma abstenção. A Sra. Mercedes Bustamante (SBPC) protestou contra o Ministério da Justiça e o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento pela ausência das indicações dos representantes dos órgãos colegiados vinculados aos referidos ministérios. A Presidente do Comitê, Sra. Aryane Martins Fraga (MMA), propôs que a suspensão da deliberação sobre a proposta de Manual de Operação do Fundo Nacional de Repartição de Repartição de Benefícios até a segunda quinzena de novembro, quando seria chamada a Reunião Extraordinária para deliberação do texto do Manual. A Sra. Maira Smith questionou sobre a possibilidade de revisão do Manual dentro de 4 (meses) ao que a Sra. Aryane Martins Fraga lembrou que o Manual poderá ser revisto a qualquer tempo, não havendo a necessidade de condicionar a reavaliação dentro de um prazo específico. A Sra. Aryane Fraga passou a palavra para o Sr. Rafael Torino (MMA). O Sr. Rafael destacou que a proposta de Manual de Operações do FNRB trabalhará com recursos orçamentários, que deverão seguir a legislação específica do Governo Federal para serem utilizados, e recursos não orçamentários, que deverão ter suas regras espelhadas na legislação que se aplica à Plataforma FalaBr. Além disso, o Sr. Rafael explicou que a proposta apresentada pela Sra. Maira Smith (FUNAI) em seu relatório de vistas busca flexibilizar o regimento para atender as demandas dos indígenas e povos e comunidades tradicionais. Ainda, explicou que o Ministério do Meio Ambiente buscará incorporar ao máximo as sugestões apresentadas pela FUNAI no sentido de contemplar os beneficiários da melhor forma possível, porém preservando o controle do recurso, embora não seja orçamentário, é um recurso público, e deve ser cuidado também com algum rigor. A Presidente passou então à votação da suspensão da deliberação sobre a Proposta de Manual de Operação do Fundo Nacional de Repartição de Repartição de Benefícios, até a segunda quinzena de novembro, quando seria convocada Reunião Extraordinária para dar continuidade à sua deliberação. Votaram favoravelmente à proposta: Sibelle de Andrade Silva (MAPA); Alfredo Costa Pereira (MCTI); Miguel Campo Dall'Orto Emery de Carvalho (ME); Mercedes Maria da Cunha Bustamante (SBPC) e Aryane Martins Fraga (MMA). Votaram contra a proposta: Roger Alves Vieira (IPHAN), Simone Vieira de Campos (FUNAI); Adriana de Souza de Lima (CNPCT) e Maria Ednalva Ribeiro da Silva (CNPCT). A proposta foi aprovada com 5 (cinco) votos favoráveis, 4 (quatro) votos contrários e nenhuma abstenção. Após a votação, a Sra. Sibelle Silva (MAPA) destacou que, nos termos do Decreto no. 9186/2017, o CONDRAF consta revogado ainda que o referido órgão conste da estrutura regimental do MAPA. Solicitou por fim que a Secretaria Executiva do CG-FNRB officie a área responsável, que é a Secretaria de Agricultura Familiar do MAPA, para que novamente se manifeste a respeito da indicação dos representantes do CONDRAF junto ao CG-FNRB. A Presidência passou então

para o próximo item da pauta: **Relatório do Pedido de Vistas do item “Análise e deliberação sobre proposta dos Planos Quadrienal e Anual do funcionamento do Fundo Nacional para Repartição de Benefícios – FNRB”. Autor do Pedido de Vistas: Fundação Nacional do Índio – Funai.** A Sra. Maira Smith apresentou seu relatório sugerindo suspensão da deliberação do Plano Quadrienal e Anual até que seja reformulado com base nos ajustes recomendados em seu relatório e na minuta apresentada, que o plenário do CGEN tenha deliberado acerca das diretrizes para a aplicação dos recursos destinados ao Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios - FNRB, a título de repartição de benefícios e, principalmente que o plenário do CG-FNRB esteja com sua composição completa, com todos os representantes indicados pelos segmentos sociais dos detentores de direitos sobre CTA formalmente nomeados. O tópico foi posto em votação. Votaram favoravelmente à suspensão da deliberação do Plano Quadrienal e Anual: Maira Smith (FUNAI); Adriana de Souza de Lima (CNPCT); Maria Ednalva Ribeiro da Silva (CNPCT); e Mercedes Maria da Cunha Bustamante (SBPC). Votaram contrários à suspensão da deliberação do Plano Quadrienal e Anual: Sibelle de Andrade Silva (MAPA); Alfredo Costa Pereira (MCTI); Miguel Campo Dall’Orto Emery de Carvalho (ME); Roger Alves Vieira (IPHAN); e Aryane Martins Fraga (MMA). A proposta foi rejeitada com 4 (quatro) votos favoráveis, 5 (cinco) votos contrários e nenhuma abstenção. Em continuidade a Presidência propôs que o CG-FNRB deliberasse, de forma análoga ao item anterior, pela suspensão da deliberação do Plano Quadrienal e Anual, até a segunda quinzena de novembro, quando seria convocada Reunião Extraordinária para dar continuidade à sua deliberação. A Presidente passou então à votação. Votaram favoravelmente à proposta: Sibelle de Andrade Silva (MAPA); Alfredo Costa Pereira (MCTI); Miguel Campo Dall’Orto Emery de Carvalho (ME); Roger Alves Vieira (IPHAN); Maira Smith (FUNAI); Adriana de Souza de Lima (CNPCT); Mercedes Maria da Cunha Bustamante (SBPC) e Aryane Martins Fraga (MMA). Votaram contra a proposta: Maria Ednalva Ribeiro da Silva (CNPCT). A proposta foi aprovada com 8 (oito) votos favoráveis, 1 (um) voto contrário e nenhuma abstenção. **Informe sobre o Fundo Nacional de Repartição de Benefícios – FNRB:** A Sra. Aryane Fraga (MMA) informou que, até o momento, o Fundo conta com R\$ 5.000.501,96 (cinco milhões, quinhentos e um reais, e noventa e um centavos) que estarão disponíveis para a aplicação em projetos após a provação do Manual de Operações do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios e dos Planos Anual e Quadrienal. **Palavra Aberta aos Membros:** não houve manifestação dos membros. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a reunião.

Brasília, 30 de Novembro de 2022.

### **CARINA MENDONÇA PIMENTA**

Presidente do Comitê Gestor do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios

### **ANEXO I**

#### **Calendário de Reuniões Ordinárias do CG-FNRB para 2023**

<b>Reunião</b>	<b>Mês</b>	<b>Datas</b>
08ª Reunião Ordinária	Março	29
09ª Reunião Ordinária	Junho	28
10ª Reunião Ordinária	Setembro	13
11ª Reunião Ordinária	Novembro	29



Documento assinado eletronicamente por **Carina Mendonça Pimenta, Secretário(a)**, em 30/05/2023, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0977996** e o código CRC **E0E148CE**.

Referência: Processo nº 02000.006380/2018-59

SEI nº 0977996